



**MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE PESSOAL, ENSINO, SAÚDE E DESPORTO
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS
SEÇÃO DE LICITAÇÃO**

Edital do Pregão Eletrônico nº 07/2017

SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo Nº 60.550.007.401/2016-61

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o **Hospital das Forças Armadas (UASG 112408)**, por meio da Seção de Licitações, sediado(a) Estrada do Contorno do Bosque S/Nº - Sudoeste, Brasília-DF – CEP 70.673-900, Telefone/fac-símile (61) 3966-2407 ou 3966-2447, Correio eletrônico licitacao@hfa.mil.br, pregoeiro designado **ALINE FALCÃO GARAY MENEZES**, realizará licitação para **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **Menor Preço por Item**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005; do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013 e Decreto nº 8.250/14 de 23 de maio de 2014, das Instruções Normativas SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008, nº 1, de 19 de janeiro de 2010, nº 02, de 11 de outubro de 2010, Instrução Normativa nº 05, de 25 de junho de 2014 e Instrução Normativa nº 7 de 29 de agosto de 2014, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Lei Complementar 147, de 07 de agosto de 2014, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital, aprovado pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Defesa, através do Parecer Nº 00002/2017/CONJUR-MD/CGU/AGU de 10 de janeiro de 2017.

No dia, hora e local abaixo indicado se fará a abertura do certame:

DATA: 16 de fevereiro de 2017

HORA: 09hs (horário de BRASÍLIA-DF)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasgovernamentais.gov.br

Horário do Expediente do HFA: 08h30min às 16h30min.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o registro de preços para eventual Aquisição de material de quimioterapia para a Clínica de Oncologia, a fim de atender a necessidade do Hospital das Forças Armadas, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

2.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

2.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, **a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços** para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

2.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao **quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços** para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

2.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

2.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

2.6.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio **www.comprasgovernamentais.gov.br**, com a solicitação de login e senha pelo interessado.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1. Por convenção, será denominado:

a) licitante: a empresa que apresentar proposta para o(s) item(ns) neste Pregão;

b) licitante vencedor: o licitante que apresentar a melhor proposta para o(s) item(ns) e for habilitado;

c) adjudicatário: o licitante a quem houver sido adjudicado o(s) item(ns), objeto deste Pregão; e

d) contratado: o licitante que formalizar Contrato com a Administração.

4.2. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no §3º do artigo 8º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.

4.3. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.3.1. Em relação aos itens 01, 04 a 10, 13, 14, 21, 22, 25 a 29, 34 a 53, 56, 59 a 65, 74, 75, 80, 81, 94 a 98, 101, 104, 109, 110, 113 a 117, 120, 123, 124, 125, 128, 129, 132 a 142, 147 a 150, 153, 154, 157, 164, 165, 174, 175, 176, 180 a 186, 193 a 202 a participação é exclusiva a licitantes qualificadas como microempresas e empresas de pequeno porte.

4.3.2. Os itens **03, 12, 16, 18, 20, 24, 31, 33, 55, 58, 67, 69, 71, 73, 77, 79, 83, 85, 87, 89, 91, 93, 100, 103, 106, 108, 112, 119, 122, 127, 131, 144, 146, 152, 156, 159, 161, 163, 167, 169, 171, 173, 178, 188, 190 e 192** foram acrescentados na licitação para atender ao disposto no Art. 8º do Decreto 8.538/2015, por tratar-se de bens de natureza divisível, tendo sido estabelecida cota de 2,5% a 25% para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

4.3.3. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

4.3.4. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

4.3.5. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º do Decreto n. 8.538, de 2015".

4.4. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.4.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente ou que possuem registro no(a):

4.4.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (**CEIS**);

4.4.1.2. Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos (**CADICON**);

4.4.1.3. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (**SICAF**);

4.4.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa do Conselho Nacional de Justiça (**CNJ**); e

4.4.1.5. Lista de inidôneos do **TCU**.

4.4.2. declarados suspensos de participar de licitações e impedidos de contratar com o órgão ou a entidade responsável por esta licitação, conforme art. 87, inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993;

4.4.3. impedidos de licitar e de contratar com a União, nos termos do art. 28 do Decreto nº 5.450/05;

4.4.4. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.4.5. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.4.6. que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.4.7. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.5. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "**sim**" ou "**não**" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.5.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.5.1.1. nos itens exclusivos a microempresas, empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "**não**" impedirá o prosseguimento no certame;

4.5.1.2. nos itens não exclusivos, a assinalação do campo “não” , apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que a licitante seja qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte;”

4.5.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

4.5.3. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.5.4. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.5.5. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.5.6. que não possui, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

5. DO ENVIO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcado para abertura da sessão, quando então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

5.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o **horário de Brasília – DF**.

5.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

5.6. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.6.1. valor unitário do item;

5.6.1.1. **a proposta não poderá ultrapassar o valor máximo estimado do item;**

5.6.2. a quantidade de unidades, observada a quantidade fixada no Termo de Referência para cada item;

5.6.3. Marca;

5.6.4. Fabricante;

5.6.5. Descrição detalhada do objeto: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

5.7. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o fornecedor registrado.

5.8. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. O licitante deverá declarar, para cada item, em campo próprio do sistema COMPRASNET, se o produto ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, se for o caso.

6. DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis, sendo vedadas descrições do tipo “conforme o edital” ou outras deste gênero.

6.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com indicação da(s) disposição(ões) específica(s) do presente Edital e/ou do Termo de Referência que restou(aram) descumprida(s), com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 0,1% (zero vírgula um por cento).

6.7.1. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com a norma deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação.

6.7.2. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

6.8. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8.1. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 3 (três) segundos;

6.8.2. Os lances enviados em desacordo com o subitem anterior serão descartados automaticamente pelo sistema.

6.9. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.10. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.11. Ao formular seu lance, o licitante deverá evitar que os valores unitários e totais extrapolem o número de duas casas decimais após a vírgula. Caso isto ocorra, o Pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto realizando arredondamentos a menor, no valor cotado.

6.12. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.13. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.

6.14. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.15. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

6.16. Encerrada a etapa de lances será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentado pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.17. Caso a melhor oferta válida tenha sido apresentada por empresa de maior porte, as propostas de pessoas qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.19. Para produtos abrangidos por margem de preferência, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto manufaturado nacional, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos manufaturados nacionais que estão enquadradas dentro da referida margem, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.

6.19.1. Nesta situação, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

6.20. Caso a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes qualificadas como microempresa ou empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

6.20.2. Ao presente certame não se aplica o sorteio como critério de desempate. Lances equivalentes não serão considerados iguais, vez que a ordem de apresentação das propostas pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação.

6.21. Eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens:

6.21.1. produzidos no País;

6.21.2. produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

6.21.3. produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

6.22. Ao final do procedimento, após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado, a fim de comporem a formação de cadastro reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21 do Dec. nº 7.892/13.

6.22.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado (§ único, art. 10 do Dec. nº 7.892/13).

7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

7.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, pelo critério de **Menor Preço por Item**, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

7.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao **preço máximo unitário** fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

7.3. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.4. O Pregoeiro convocará o licitante para anexar documento digital "**Proposta de Preços**", **Anexo IV deste Edital**, adequada ao último lance, por meio de funcionalidade disponível no sistema "**Enviar Anexo**", estabelecendo no "chat" o prazo máximo de **03 (três) horas**, sob pena de não aceitação da proposta. A contagem do prazo será dentro do expediente do órgão.

7.4.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

7.4.1.1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro ou por problemas técnicos do sistema, que será concedido novo prazo.

7.5. Caso a proposta classificada em primeiro lugar tenha se beneficiado da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro solicitará ao licitante que envie imediatamente, por meio eletrônico, com posterior encaminhamento por via postal, o documento comprobatório da caracterização do produto manufaturado nacional, nos termos do(s) Decreto(s) nº 7.767, de 2012.

7.6. O licitante que não apresentar o documento comprobatório, ou cujo produto não atender aos regulamentos técnicos pertinentes e normas técnicas brasileiras aplicáveis, não poderá usufruir da aplicação da margem de preferência, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

7.6.1. Nessa hipótese, bem como em caso de inabilitação do licitante, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.6.2. A **Proposta de Preços**, constante do **Anexo IV deste Edital**, deverá conter os seguintes campos:

7.6.2.1. número do item, descrição do objeto ofertado, marca/fabricante/modelo (se for o caso), unidade e quantidade;

7.6.2.2. valor unitário e total (máximos) do item em algarismos arábicos, expresso em moeda nacional (Real - R\$), com duas casas decimais;

7.6.2.3. indicação expressa de que o preço cotado inclui todos os custos e despesas inerentes ao objeto licitado, tais como: taxas, embalagens, impostos, encargos sociais e trabalhistas, seguros e tudo mais que possa influir direta ou indiretamente no custo do produto, entendido que a não indicação implica em declaração de que todas as despesas já estão inclusas;

7.6.2.4. razão social, endereço, telefone/fax, número do CNPJ, banco, agência, número da conta corrente; e

7.6.2.5. prazo de validade da proposta não inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data da abertura deste Pregão.

7.7. **Serão desclassificadas as propostas que:**

7.7.1. contenham vícios ou ilegalidades;

7.7.2. elaboradas por licitantes autodeclaradas microempresas empresas de pequeno porte que tenham extrapolado os limites previstos no art. 3º, II, da LC nº 123/06, nos termos do **subitem 7.2 do edital**;

7.7.3. não apresentem as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

7.7.4. apresentarem preços finais superiores ao valor máximo estabelecido pelo **HFA** no Termo de Referência;

7.7.5. apresentarem quantidade oferecida diversa do item licitado, em desconformidade com o Termo de Referência;

7.7.6. apresentarem mais de uma marca para o item da proposta;

7.7.7. apresentarem preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não vierem a comprovar sua exequibilidade através de documentação que comprove que os custos são coerentes com os de mercado; e

7.7.8. não forem entregues em tempo hábil, quando da solicitação feita pelo Pregoeiro no Sistema Comprasnet.

7.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.9. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

7.10. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

7.10.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.10.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.11. Nos itens não exclusivos a microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

7.12. Nos itens em que for admitido oferecer quantitativos inferiores, se a proposta do licitante vencedor não atender ao quantitativo total estimado para a contratação, respeitada a ordem de classificação, poderão ser convocados tantos quantos forem necessários para alcançar o total estimado, observado o preço da proposta vencedora.

7.13. **REGISTRO DO MATERIAL NA ANVISA** - Os materiais licitados deverão estar obrigatoriamente registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária em estrita observância aos preceitos da Lei nº 6.360/76 e de seu Regulamento baixado pelo Decreto nº 8.077/2013, atendidas, ainda, as normas expressas na Portaria Conjunta nº 01, de 08 de março de 1996. Caberá a licitante classificada, após regular solicitação do Pregoeiro, de remeter o documento do respectivo registro do(s) item(ns) na ANVISA, através da publicação de seu ato no Diário Oficial observando-se sua validade, documento de Registro do Produto na Secretaria de Vigilância Sanitária, conforme Anexo I (Termo de Referência) sob pena de **DESCCLASSIFICAÇÃO** daquele(s) item(ns). Caso o produto seja dispensado do registro a empresa deverá apresentar o Certificado de Dispensa de Registro.

7.14. O(s) valor(es) obtido(s), tanto unitário(s) como total(is), no resultado final da licitação só será(ão) admitido(s) quando igual(is) ou inferior(es) ao(s) contido(s) no Termo de Referência, Anexo I do Edital, conforme determinação contida no **Acórdão nº 3.473/2014 - TCU – Plenário**.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); e Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), que resul-

ta da aplicação de penalidade com base na Lei nº 12.846, de 2013 (<http://www.cgu.gov.br/assuntos/responsabilizacao-de-empresas/sistema-integrado-de-registro-do-ceis-cnep>).

8.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

8.1.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

8.1.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.1.6. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.2. O Pregoeiro consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e Trabalhista à Qualificação Econômico-Financeira e Habilitação Técnica conforme disposto nos arts. 4º, caput, 8º, § 3º, 13 a 18 e 43, III, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.

8.2.1. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

8.2.2. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 03 (três) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e das sociedades cooperativas, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

8.3. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e trabalhista, nas condições seguintes:

8.4. Habilitação Jurídica:

8.4.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.4.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

8.4.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.4.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.4.5. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC;

8.4.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

8.4.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

8.4.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.4.9. **LICENÇA DE FUNCIONAMENTO** do órgão local competente (dentro do prazo de validade) ou Comprovação da dispensa da referida licença;

8.4.10. **COMPROVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DA EMPRESA** participante da licitação emitida pela Secretaria de Vigilância Sanitária ou documento de comprovação da dispensa, conforme RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA-RDC Nº 16, DE 1º DE ABRIL DE 2014, alterada em seu art. 32 pela RESOLUÇÃO – RDC Nº 40, DE 1º- DE AGOSTO DE 2014, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

8.5. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

8.5.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.5.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.5.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.5.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.5.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.5.6. prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, exceto para às microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas ;

8.5.7. caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.5.7.1. caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa, empresa de pequeno porte, ou sociedade cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

8.6. Em relação aos itens **02, 11, 15, 17, 19, 23, 30, 32, 54, 57, 66, 68, 70, 72, 76, 78, 82, 84, 86, 88, 90, 92, 99, 102, 105, 107, 111, 118, 121, 126, 130, 143, 145, 151, 155, 158, 160, 162, 166, 168, 170, 172, 177, 187, 189 e 191** os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF no nível da **Qualificação Econômico-Financeira**, conforme Instrução Normativa S LTI/MPOG nº 2, de 2010, deverão apresentar a seguinte documentação:

8.6.1. certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

8.6.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

8.6.2.1. no caso de bens para pronta entrega, não será exigido da microempresa, empresa de pequeno porte, nem da sociedade cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 6.204, de 5 de setembro de 2007);

8.6.2.2. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

8.6.2.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}; \text{ e}$$

8.6.3. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10 (dez) do valor estimado da contratação ou item pertinente

8.7. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão comprovar, ainda, a Qualificação Técnica, por meio de:

8.7.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.8. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

8.9. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload), no prazo de **03 (três) horas**, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do fac-símile (fax) número (61) 3966 2447 ou 3966 2407 ou do **e-mail licitacao@hfa.mil.br**. Posteriormente, os documentos serão remetidos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferidos com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de **03 (três) dias**, após encerrado o prazo para o encaminhamento via funcionalidade do sistema (upload), fac-símile (fax) ou e-mail.

8.9.1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro ou por falha do sistema o pregoeiro poderá definir novo prazo..

8.9.2. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.10. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa

8.10.1. A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal, será concedido o mesmo prazo para regularização.

8.11. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.12. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.13. Nos itens não exclusivos a microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.14. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

9. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

9.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

9.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

9.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

9.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

9.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

9.2.2. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A Proposta de Preços final, bem como os Documentos de habilitação do licitante declarado vencedor deverão ser encaminhados no prazo de até 3 (três) dias úteis, a contar do encerramento da sessão pública do pregão eletrônico, por solicitação do Pregoeiro, e deverão:

10.1.1. ser remetidos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferido(s) com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial;

10.1.2. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;

10.1.3. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso; e

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

11. DOS RECURSOS

11.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. O objeto da licitação será adjudicado, pelo critério de Menor Preço por Item, ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, anexo II deste edital, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

13.3. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

13.3.1. Será incluído na ata, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993.

13.3.2. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013."

13.4. A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

14. DO TERMO SUBSTITUTIVO DE CONTRATO

14.1. Dentro da validade da Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado para assinar o Termo Substitutivo de Contrato, anexo III deste Edital, será de 10 (dez) dias. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

14.2. Previamente à contratação, será realizada consulta ao SICAF, pela contratante, para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público.

14.2.1. O adjudicatário terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo Substitutivo de Contrato, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.2.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo Substitutivo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite do adjudicatário, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceite no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de seu recebimento.

14.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo substitutivo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado/retirado no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de seu recebimento.

14.4. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor registrado e aceita pela Administração.

14.5. Antes da assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração realizará consulta "on line" ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

14.5.1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

14.6. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura ou aceite, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

15. DO PREÇO

15.1. Os preços são fixos e irredutíveis.

15.2. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

16. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

16.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

17.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

18. DO PAGAMENTO

18.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

18.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

18.3. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

18.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

18.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

18.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

18.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

18.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

18.11. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

18.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

18.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

18.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)

I = (6/100)

365

I = 0,00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

19.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

19.1.1. não assinar a ata de registro de preços quando convocado dentro do prazo de validade da proposta, não aceitar/retirar a nota de empenho ou não assinar o termo de contrato decorrente da ata de registro de preços;

19.1.2. apresentar documentação falsa;

19.1.3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

19.1.4. ensejar o retardamento da execução do objeto;

19.1.5. não mantiver a proposta;

19.1.6. cometer fraude fiscal;

19.1.7. comportar-se de modo inidôneo;

19.1.8. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

19.2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

19.2.1. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

19.2.2. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

19.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

19.3.1. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

19.4. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade,

19.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19.6. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

20. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO

20.1. Fica assegurado ao Hospital das Forças Armadas (HFA)/Seção de Licitação, através da autoridade competente, o direito de revogar o procedimento licitatório em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, na forma da legislação vigente (art. 29 do Dec. nº 5.450/2005).

20.2. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato (§ 2º do art. 29 do Dec. nº 5.450/2005).

21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

21.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

21.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licitacao@hfa.mil.br, fac-símile (61) 3966-2407 ou 3966-2447, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Seção de Licitações do Hospital das Forças Armadas, sediado(a) Estrada do Contorno do Bosque S/Nº - Sudoeste, Brasília-DF – CEP 70.673-900;

21.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

21.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

21.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

21.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

21.7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

22.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.3. É facultada ao Pregoeiro, em qualquer fase deste Pregão, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo (§ 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/93).

22.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.10. É facultada ao Pregoeiro, em qualquer fase deste Pregão, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo (§ 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/93).

22.11. Caso haja itens isentos de ICMS, as propostas deverão ser apresentadas com preços desonerados desse imposto, consoante decisão no Acórdão 140/2012-TCE Plenário.

22.12. É permitido a qualquer licitante o conhecimento dos termos do contrato e do respectivo processo licitatório e, qualquer interessado, a obtenção de cópia, mediante o pagamento dos emolumentos devidos, via GRU (art. 32, § 5º da Lei 8.666/93, Decreto nº 4.950, de 9 de janeiro de 2004 e IN nº 02, de 22 de maio de 2009, da STN – Secretaria do Tesouro Nacional).

22.13. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço constante deste edital, nos dias úteis, no horário das 08h às 15horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

22.14. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 22.14.1. ANEXO I - Termo de Referência;
- 22.14.2. ANEXO II – Minuta da Ata de Registro de Preços;
- 22.14.3. ANEXO III – Minuta do Termo de Substitutivo de Contrato;
- 22.14.4. ANEXO IV – MODELO - Proposta de Preços.

Brasília-DF, 02 de fevereiro de 2017.

LUIZ CARLOS MIRANDA DE CASTRO **DAVID** - Ten Cel Int
Ordenador de Despesas Substituto do Hospital das Forças Armadas



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA DE PESSOAL, ENSINO, SAÚDE E DESPORTO
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

TERMO DE REFERÊNCIA
Processo Administrativo Nº 60.550.007.401/2016-61
Pregão SRP Nº 07/2017 – TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de material de quimioterapia para a Clínica de Oncologia, a fim de atender a necessidade do Hospital das Forças Armadas, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento:

| ITEM | DESCRIÇÃO/ ESPECIF. | CÓDIGO CATMAT | UNID MED | QTD TOTAL | Cotação Mínima Estimada | VALOR UNIT | VALOR MÁXIMO ACEIT | MRG PREF 7713/12 |
|------|--|---------------|------------------|-----------|-------------------------|------------|--------------------|------------------|
| 1 | Ácido zoledrônico 4mg, c/ bolsa NaCl 0,9% 100ml, sistema fechado | 397124 | FRASCO 100,00 ML | 300 | 25 | 250,00 | 75.000,00 | - |
| 2 | Acetato de abiraterona 250mg, cp | 412776 | COMP | 7123 | 594 | 91,18 | 649.475,14 | - |
| 3 | Acetato de abiraterona 250mg, cp * COTA DE 10,96% RESERVADA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ART. 8º DO DECRETO Nº 8.538/2015). | 412776 | COMP | 877 | 73 | 91,18 | 79.964,86 | - |
| 4 | Acetato de degarelix 120 mg, injetável | 15059 | FR/AMP | 30 | 3 | 506,61 | 15.198,30 | - |
| 5 | Acetato de degarelix 80 mg, injetável | 15059 | FR/AMP | 120 | 10 | 526,43 | 63.171,60 | - |
| 6 | Alfadarbepoetina 150MCG | 15059 | FR/AMP | 30 | 3 | 1.407,79 | 42.233,70 | - |
| 7 | Alfadarbepoetina 300MCG | 15059 | FR/AMP | 30 | 3 | 2.512,79 | 75.383,70 | - |
| 8 | Alfadarbepoetina 500MCG | 15059 | FR/AMP | 30 | 3 | 1.016,04 | 30.481,20 | - |
| 9 | Anagrelide 0,5mg cp | 150969 | COMP | 3000 | 250 | 24,90 | 74.700,00 | - |
| 10 | Anastrozol 1mg cp | 278348 | COMP | 15000 | 1250 | 1,62 | 24.300,00 | - |
| 11 | Aprepitanto 125 + 80mg, cap, embalagem única | 362266 | CÁPSULA | 150 | 13 | 660,97 | 99.145,50 | - |
| 12 | Aprepitanto 125 + 80mg, cap, embalagem única * COTA DE 25% RESERVADA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ART. 8º DO DECRETO Nº 8.538/2015). | 362266 | CÁPSULA | 50 | 4 | 660,97 | 33.048,50 | - |
| 13 | Fosaprepitanto dimeglumina 150mg | 15059 | FR/AMP | 200 | 17 | 316,91 | 63.382,00 | - |
| 14 | Asparaginase 10MUI pó liofilizado injetável | 15059 | FR/AMP | 50 | 4 | 132,61 | 6.630,50 | - |
| 15 | Azaticidina 100mg pó liofilizado injetável | 383436 | FR/AMP | 75 | 6 | 2.271,62 | 170.371,50 | - |

| ITEM | DESCRIÇÃO/ ESPECIF. | CÓDIGO CATMAT | UNID MED | QTD TOTAL | Cotação Mínima Estimada | VALOR UNIT | VALOR MÁXIMO ACEIT | MRG PREF 7713/12 |
|------|--|---------------|-----------------|-----------|-------------------------|------------|--------------------|------------------|
| 16 | Azaticidina 100mg pó liofilizado injetável * COTA DE 25% RESERVADA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ART. 8º DO DECRETO Nº 8.538/2015). | 383436 | FR/AMP | 25 | 2 | 2.271,62 | 56.790,50 | - |
| 17 | Bevacizumabe 25mg/ml c/4ml, injetável | 15059 | FR/AMP | 252 | 21 | 1.648,61 | 415.449,72 | - |
| 18 | Bevacizumabe 25mg/ml c/4ml, injetável * COTA DE 16% RESERVADA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ART. 8º DO DECRETO Nº 8.538/2015). | 15059 | FR/AMP | 48 | 4 | 1.648,61 | 79.133,28 | - |
| 19 | Bevacizumabe 25mg/ml c/16ml, injetável | 15059 | FR/AMP | 487 | 41 | 5.815,40 | 2.832.099,80 | - |
| 20 | Bevacizumabe 25mg/ml c/16ml, injetável * COTA DE 2,6% RESERVADA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ART. 8º DO DECRETO Nº 8.538/2015). | 15059 | FR/AMP | 13 | 1 | 5.815,40 | 75.600,20 | - |
| 21 | Bicalutamida 50mg, cp | 271761 | COMP | 3000 | 250 | 1,98 | 5.940,00 | - |
| 22 | Bleomicina, 15U, pó líofilo, injetável | 398707 | FR/AMP | 250 | 21 | 134,50 | 33.625,00 | - |
| 23 | Bortezomibe 3,5mg, injetável | 280201 | FR/AMP | 280 | 23 | 3.883,44 | 1.087.363,20 | - |
| 24 | Bortezomibe 3,5mg, injetável * COTA DE 6,6% RESERVADA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ART. 8º DO DECRETO Nº 8.538/2015). | 280201 | FR/AMP | 20 | 2 | 3.883,44 | 77.668,80 | - |
| 25 | Capecitabina 500mg, cp | 268403 | COMP | 12000 | 1000 | 5,00 | 60.000,00 | - |
| 26 | Carboplatina 150mg c/15ml, injetável | 270411 | FRASCO 15,00 ML | 100 | 8 | 51,68 | 5.168,00 | - |
| 27 | Carboplatina 450mg c/45ml, injetável | 15059 | FRASCO | 300 | 25 | 140,51 | 42.153,00 | - |
| 28 | Carboplatina 50mg c/5ml, injetável | 15059 | FR/AMP | 100 | 8 | 30,00 | 3.000,00 | - |
| 29 | Carmustina 100mg, injetável | 270441 | FR/AMP | 20 | 2 | 246,13 | 4.922,60 | - |
| 30 | Cetuximabe 5mg/ml c/100ml, injetável | 15059 | FR/AMP | 126 | 11 | 3.247,73 | 409.213,98 | - |
| 31 | Cetuximabe 5mg/ml c/100ml, injetável * COTA DE 16% RESERVADA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ART. 8º DO DECRETO Nº 8.538/2015). | 15059 | FR/AMP | 24 | 2 | 3.247,73 | 77.945,52 | - |
| 32 | Cetuximabe 5mg/ml c/20ml, injetável | 15059 | FR/AMP | 389 | 32 | 717,01 | 278.916,89 | - |
| 33 | Cetuximabe 5mg/ml c/20ml, injetável * COTA DE 22,2% RESERVADA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ART. 8º DO DECRETO Nº 8.538/2015). | 15059 | FR/AMP | 111 | 9 | 717,01 | 79.588,11 | - |

| ITEM | DESCRIÇÃO/ ESPECIF. | CÓDIGO CATMAT | UNID MED | QTD TOTAL | Cotação Mínima Estimada | VALOR UNIT | VALOR MÁXIMO ACEIT | MRG PREF 7713/12 |
|------|--|---------------|-----------------|-----------|-------------------------|------------|--------------------|------------------|
| 34 | Ciclofosfamida 1g, pó liofilizado, injetável | 340148 | FR/AMP | 500 | 42 | 42,74 | 21.370,00 | - |
| 35 | Ciclofosfamida 200mg, pó liofilizado, injetável | 340149 | FR/AMP | 600 | 50 | 11,76 | 7.056,00 | - |
| 36 | Ciclofosfamida 50mg, drágea | 268427 | DRÁGEA | 700 | 58 | 0,70 | 490,00 | - |
| 37 | Ciclosporina 100mg, cap | 271107 | CÁPSULA | 1000 | 83 | 4,04 | 4.040,00 | - |
| 38 | Ciclosporina 100mg/ml c/50ml, microemulsão oral | 271114 | FRASCO 50,00 ML | 60 | 5 | 235,27 | 14.116,20 | - |
| 39 | Ciclosporina 25mg, cap | 271104 | CÁPSULA | 500 | 42 | 1,27 | 635,00 | - |
| 40 | Ciclosporina 50mg, cap | 271106 | CÁPSULA | 500 | 42 | 2,94 | 1.470,00 | - |
| 41 | Ciproterona (Acetato de), 50mg, cp | 268077 | COMP | 1000 | 83 | 1,27 | 1.270,00 | - |
| 42 | Cisplatina 1mg/ml c/10ml, injetável | 15059 | FR/AMP | 500 | 42 | 17,52 | 8.760,00 | - |
| 43 | Cisplatina 1mg/ml c/50ml, injetável | 15059 | FR/AMP | 300 | 25 | 31,50 | 9.450,00 | - |
| 44 | Citarabina 100mg, injetável | 340191 | FR/AMP | 100 | 8 | 6,27 | 627,00 | - |
| 45 | Citarabina 1g, injetável | 340188 | FRASCO 10,00 ML | 500 | 42 | 41,01 | 20.505,00 | - |
| 46 | Citarabina 500mg, injetável | 340190 | FR/AMP | 400 | 33 | 14,48 | 5.792,00 | - |
| 47 | Cladribina 1mg/ml c/ 10ml, injetável | 15059 | FR/AMP | 30 | 3 | 1.313,86 | 39.415,80 | - |
| 48 | Clodronato Dissódico 400Mg - CP | 333789 | COMP | 2500 | 208 | 13,67 | 34.175,00 | - |
| 49 | Clorambucila, 2mg, cp | 270445 | COMP | 400 | 33 | 1,17 | 468,00 | - |
| 50 | Dacarbazina, 100mg, injetável | 270437 | FR/AMP | 50 | 4 | 25,79 | 1.289,50 | - |
| 51 | Dacarbazina 200mg, injetável | 270438 | FR/AMP | 250 | 21 | 60,36 | 15.090,00 | - |
| 52 | Dapsona | 272476 | COMP | 200 | 17 | 1,18 | 236,00 | - |
| 53 | Dasatinibe 20mg, cp | 359135 | COMP | 700 | 58 | 78,00 | 54.600,00 | - |
| 54 | Dasatinibe 50mg, cp | 359136 | COMP | 525 | 44 | 213,51 | 112.092,75 | - |
| 55 | Dasatinibe 50mg, cp * COTA DE 25% RESERVADA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ART. 8º DO DECRETO Nº 8.538/2015). | 359136 | COMP | 175 | 15 | 213,51 | 37.364,25 | - |
| 56 | Daunorrubicina 20mg, injetável | 270377 | FR/AMP | 200 | 17 | 67,24 | 13.448,00 | - |
| 57 | Decitabina 50mg, pó liofilizado, injetável | 382939 | FR/AMP | 81 | 7 | 4.209,94 | 341.005,14 | - |
| 58 | Decitabina 50mg, pó liofilizado, injetável * COTA DE 19% RESERVADA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ART. 8º DO DECRETO Nº 8.538/2015). | 382939 | FR/AMP | 19 | 2 | 4.209,94 | 79.988,86 | - |
| 59 | Deferasirox 500 mg, comprimido dispersível | 325837 | COMP | 200 | 17 | 74,30 | 14.860,00 | - |
| 60 | Dexrazoxano 500mg, injetável | 294202 | FR/AMP | 25 | 2 | 957,51 | 23.937,75 | - |
| 61 | Dietilestilbestrol, 1mg, cp | 272490 | COMP | 100 | 8 | 0,53 | 53,00 | - |
| 62 | Docetaxel 40mg/ml, frasco c/2ml, injetável | 15059 | FR/AMP | 400 | 33 | 136,96 | 54.784,00 | - |
| 63 | Docetaxel, 40mg/ml, frasco c/0,5ml, injetável | 15059 | FR/AMP | 200 | 17 | 66,70 | 13.340,00 | - |
| 64 | Doxorrubicina (Cloridrato de) 10mg, pó liofilizado | 26845 | FR/AMP | 250 | 21 | 22,23 | 5.557,50 | - |
| 65 | Doxorrubicina (Cloridrato de) 50mg, pó liofilizado | 26845 | FR/AMP | 500 | 42 | 65,11 | 32.555,00 | - |

| ITEM | DESCRIÇÃO/ ESPECIF. | CÓDIGO CATMAT | UNID MED | QTD TOTAL | Cotação Mínima Estimada | VALOR UNIT | VALOR MÁXIMO ACEIT | MRG PREF 7713/12 |
|------|---|---------------|----------|-----------|-------------------------|------------|--------------------|------------------|
| 66 | Doxorrubicina lipossomal pegu- lado 20mg c/10ml, injetável | 1505 | FR/AMP | 75 | 6 | 1.813,47 | 136.010,25 | - |
| 67 | Doxorrubicina lipossomal pegu- lado 20mg c/10ml, injetável * COTA DE 25% RESERVADA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ART. 8º DO DECRETO Nº 8.538/2015). | 1505 | FR/AMP | 25 | 2 | 1.813,47 | 45.336,75 | - |
| 68 | Eltrombopag 25 mg, cp | 410019 | COMP | 750 | 63 | 131,19 | 98.392,50 | - |
| 69 | Eltrombopag 25 mg, cp * COTA DE 25% RESERVADA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ART. 8º DO DECRETO Nº 8.538/2015). | 410019 | COMP | 250 | 21 | 131,19 | 32.797,50 | - |
| 70 | Eltrombopag 50 mg, cp | 41002 | COMP | 1687 | 141 | 254,82 | 429.881,34 | - |
| 71 | Eltrombopag 50 mg, cp * COTA DE 15,65% RESERVADA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ART. 8º DO DECRETO Nº 8.538/2015). | 41002 | COMP | 313 | 26 | 254,82 | 79.758,66 | - |
| 72 | Enzalutamida 40mg | 433690 | CÁPSULA | 7355 | 613 | 76,50 | 562.657,50 | - |
| 73 | Enzalutamida 40mg * COTA DE 12,44% RESERVADA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ART. 8º DO DECRETO Nº 8.538/2015). | 433690 | CÁPSULA | 1045 | 87 | 76,50 | 79.942,50 | - |
| 74 | Epirrubicina (Cloridrato de) 10mg, pó liofilizado | 270364 | FR/AMP | 70 | 6 | 47,49 | 3.324,30 | - |
| 75 | Epirrubicina (Cloridrato de) 50mg, pó liofilizado | 270366 | FR/AMP | 100 | 8 | 80,00 | 8.000,00 | - |
| 76 | Erlotinibe 100mg, cp | 150969 | COMP | 750 | 63 | 189,10 | 141.825,00 | - |
| 77 | Erlotinibe 100mg, cp * COTA DE 25% RESERVADA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ART. 8º DO DECRETO Nº 8.538/2015). | 150969 | COMP | 250 | 21 | 189,10 | 47.275,00 | - |
| 78 | Erlotinibe 150mg, cp | 312569 | COMP | 1133 | 94 | 217,62 | 246.563,46 | - |
| 79 | Erlotinibe 150mg, cp * COTA DE 25% RESERVADA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ART. 8º DO DECRETO Nº 8.538/2015). | 312569 | COMP | 367 | 31 | 217,62 | 79.866,54 | - |
| 80 | Etopósido 100mg, injetável c/ 5ml | 15059 | FR/AMP | 300 | 25 | 11,01 | 3.303,00 | - |
| 81 | Etopósido 50mg, cp | 150969 | COMP | 200 | 17 | 49,35 | 9.870,00 | - |
| 82 | Everolimo, 10mg, cp | 393139 | COMP | 784 | 65 | 369,26 | 289.499,84 | - |
| 83 | Everolimo, 10mg, cp * COTA DE 21,6% RESERVADA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ART. 8º DO DECRETO Nº 8.538/2015). | 393139 | COMP | 216 | 18 | 369,26 | 79.760,16 | - |
| 84 | Everolimo, 5mg, cp | 393138 | COMP | 750 | 63 | 149,06 | 111.795,00 | - |

| ITEM | DESCRIÇÃO/ ESPECIF. | CÓDIGO CATMAT | UNID MED | QTD TOTAL | Cotação Mínima Estimada | VALOR UNIT | VALOR MÁXIMO ACEIT | MRG PREF 7713/12 |
|------|--|---------------|-----------------|-----------|-------------------------|------------|--------------------|------------------|
| 85 | Everolimo, 5mg, cp * COTA DE 25% RESERVADA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ART. 8º DO DECRETO Nº 8.538/2015). | 393138 | COMP | 250 | 21 | 149,06 | 37.265,00 | - |
| 86 | Exemestano, 25mg, drágea | 282151 | DRÁGEA | 12079 | 1007 | 20,40 | 246.411,60 | - |
| 87 | Exemestano, 25mg, drágea * COTA DE 24,5% RESERVADA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ART. 8º DO DECRETO Nº 8.538/2015). | 282151 | DRÁGEA | 3921 | 327 | 20,40 | 79.988,40 | - |
| 88 | Filgrastima 300mcg | 15059 | FR/AMP | 4086 | 341 | 87,50 | 357.525,00 | 20%+5% |
| 89 | Filgrastima 300mcg * COTA DE 18,28% RESERVADA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ART. 8º DO DECRETO Nº 8.538/2015). | 15059 | FR/AMP | 914 | 76 | 87,50 | 79.975,00 | 20%+5% |
| 90 | Filgrastima Peguilado 6MG/0,6ML INJ | 15059 | FR/AMP | 487 | 41 | 5.832,95 | 2.840.646,65 | 20%+5% |
| 91 | Filgrastima Peguilado 6MG/0,6ML INJ * COTA DE 2,6% RESERVADA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ART. 8º DO DECRETO Nº 8.538/2015). | 15059 | FR/AMP | 13 | 1 | 5.832,95 | 75.828,35 | 20%+5% |
| 92 | Fludarabina (Fosfato de) 10mg, CP | 332989 | COMP | 300 | 25 | 218,22 | 65.466,00 | - |
| 93 | Fludarabina (Fosfato de) 10mg, CP * COTA DE 25% RESERVADA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ART. 8º DO DECRETO Nº 8.538/2015). | 332989 | COMP | 100 | 8 | 218,22 | 21.822,00 | - |
| 94 | Fludarabina (Fosfato de) 50mg, injetável | 268509 | FR/AMP | 200 | 17 | 216,40 | 43.280,00 | - |
| 95 | Fluoruracila 5%, creme, bisnaga c/15g | 55140 | BISNAGA 15,00GR | 20 | 2 | 15,50 | 310,00 | - |
| 96 | Fluoruracila 50mg/ml c/10ml, injetável | 268478 | AMPOLA 10,00 ML | 1500 | 125 | 10,60 | 15.900,00 | - |
| 97 | Fluoruracila 50mg/ml c/50ml, injetável | 268478 | FRASCO 5,00 ML | 1000 | 83 | 60,74 | 60.740,00 | - |
| 98 | Flutamida 250mg, cp | 268177 | COMP | 100 | 8 | 4,22 | 422,00 | - |
| 99 | Fulvestranto 50mg/ml, seringa preenchida c/5ml, injetável | 334712 | SERINGA | 115 | 10 | 2.210,16 | 254.168,40 | - |
| 100 | Fulvestranto 50mg/ml, seringa preenchida c/5ml, injetável * COTA DE 23,33% RESERVADA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ART. 8º DO DECRETO Nº 8.538/2015). | 334712 | SERINGA | 35 | 3 | 2.210,16 | 77.355,60 | - |
| 101 | Ganciclovir sódico 500mg, pó líofilo, injetável | 330115 | FR/AMP | 450 | 38 | 33,82 | 15.219,00 | 8% |
| 102 | Gencitabina (Cloridrato de) 1g, injetável | 270430 | FR/AMP | 338 | 28 | 263,00 | 88.894,00 | - |

| ITEM | DESCRIÇÃO/ ESPECIF. | CÓDIGO CATMAT | UNID MED | QTD TOTAL | Cotação Mínima Estimada | VALOR UNIT | VALOR MÁXIMO ACEIT | MRG PREF 7713/12 |
|------|---|---------------|----------|-----------|-------------------------|------------|--------------------|------------------|
| 103 | Gencitabina (Cloridrato de) 1g, injetável * COTA DE 25% RESERVADA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ART. 8º DO DECRETO Nº 8.538/2015). | 270430 | FR/AMP | 112 | 9 | 263,00 | 29.456,00 | - |
| 104 | Gencitabina (Cloridrato de) 200mg, injetável | 270431 | FR/AMP | 400 | 33 | 160,15 | 64.060,00 | - |
| 105 | Gefitinibe 250mg cp | 282040 | COMP | 750 | 63 | 113,30 | 84.975,00 | - |
| 106 | Gefitinibe 250mg cp * COTA DE 25% RESERVADA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ART. 8º DO DECRETO Nº 8.538/2015). | 282040 | COMP | 250 | 21 | 113,30 | 28.325,00 | - |
| 107 | Gosserrelina 10,8mg, seringa preenchida | 268108 | SERINGA | 150 | 13 | 1.020,15 | 153.022,50 | 8% |
| 108 | Gosserrelina 10,8mg, seringa preenchida * COTA DE 25% RESERVADA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ART. 8º DO DECRETO Nº 8.538/2015). | 268108 | SERINGA | 50 | 4 | 1.020,15 | 51.007,50 | 8% |
| 109 | Gosserrelina 3,6mg, seringa preenchida | 268109 | SERINGA | 50 | 4 | 401,62 | 20.081,00 | 8% |
| 110 | Hidroxiuréia 500mg, cp | 268110 | CÁPSULA | 10000 | 833 | 1,21 | 12.100,00 | 8% |
| 111 | Ibrutinibe 140 mg | 150969 | CÁPSULA | 1316 | 110 | 433,88 | 570.986,08 | - |
| 112 | Ibrutinibe 140 mg * COTA DE 12,26% RESERVADA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ART. 8º DO DECRETO Nº 8.538/2015). | 150969 | CÁPSULA | 184 | 15 | 433,88 | 79.833,92 | - |
| 113 | Idarrubicina 10mg, injetável | 270408 | FR/AMP | 100 | 8 | 432,16 | 43.216,00 | - |
| 114 | Idarrubicina 5mg, injetável | 270407 | FR/AMP | 70 | 6 | 209,28 | 14.649,60 | - |
| 115 | Ifosfamida 1g, injetável | 270443 | FR/AMP | 300 | 25 | 78,04 | 23.412,00 | - |
| 116 | Ifosfamida 2g, injetável | 270444 | FR/AMP | 200 | 17 | 125,00 | 25.000,00 | - |
| 117 | Imatinibe (Mesilato de) 100mg, cp | 273317 | COMP | 900 | 75 | 16,00 | 14.400,00 | 20% |
| 118 | Imatinibe (Mesilato de) 400mg, cp | 274704 | COMP | 1125 | 94 | 62,34 | 70.132,50 | 20% |
| 119 | Imatinibe (Mesilato de) 400mg, cp * COTA DE 25% RESERVADA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ART. 8º DO DECRETO Nº 8.538/2015). | 274704 | COMP | 375 | 31 | 62,34 | 23.377,50 | 20% |
| 120 | Imunoglobulina antitimócitos humanos, de coelho, 25mg pó líofilo, injetável (Timoglobulina de coelho, 25mg) | 343089 | FR/AMP | 45 | 4 | 431,35 | 19.410,75 | - |
| 121 | Infliximabe 100mg, pó liofilizado, injetável | 333447 | FR/AMP | 350 | 29 | 1.594,08 | 557.928,00 | 20%+5% |

| ITEM | DESCRIÇÃO/ ESPECIF. | CÓDIGO CATMAT | UNID MED | QTD TOTAL | Cotação Mínima Estimada | VALOR UNIT | VALOR MÁXIMO ACEIT | MRG PREF 7713/12 |
|------|--|---------------|-----------------|-----------|-------------------------|------------|--------------------|------------------|
| 122 | Infliximabe 100mg, pó liofilizado, injetável * COTA DE 12,5% RESERVADA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ART. 8º DO DECRETO Nº 8.538/2015). | 333447 | FR/AMP | 50 | 4 | 1.594,08 | 79.704,00 | 20%+5% |
| 123 | Irinotecano (Cloridrato de) 20mg/ml c/2ml, injetável | 15059 | FR/AMP | 40 | 3 | 34,09 | 1.363,60 | - |
| 124 | Irinotecano (Cloridrato de) 20mg/ml c/5ml, injetável | 294912 | FRASCO 5,00 ML | 400 | 33 | 53,48 | 21.392,00 | - |
| 125 | Lapatinibe (Ditosilato de), 250mg, cp | 361174 | COMP | 500 | 42 | 50,51 | 25.255,00 | - |
| 126 | Letrozol 2,5mg, cp | 273407 | COMP | 22500 | 1875 | 8,74 | 196.650,00 | - |
| 127 | Letrozol 2,5mg, cp * COTA DE 25% RESERVADA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ART. 8º DO DECRETO Nº 8.538/2015). | 273407 | COMP | 7500 | 625 | 8,74 | 65.550,00 | - |
| 128 | Leuprorrelina 22,5 mg | 305259 | SERINGA | 70 | 6 | 815,13 | 57.059,10 | - |
| 129 | Megestrol (Acetato de), 160mg, cp | 150969 | COMP | 600 | 50 | 2,90 | 1.740,00 | - |
| 130 | Mesilato de Eribulina 1 mg | 15059 | FR/AMP | 60 | 5 | 1.235,17 | 74.110,20 | - |
| 131 | Mesilato de Eribulina 1 mg * COTA DE 25% RESERVADA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ART. 8º DO DECRETO Nº 8.538/2015). | 15059 | FR/AMP | 20 | 2 | 1.235,17 | 24.703,40 | - |
| 132 | Mesna 100 mg/ml c/4 ml, injetável | 273659 | AMPOLA 4,00 ML | 700 | 58 | 9,46 | 6.622,00 | - |
| 133 | Mesna 400mg, cp | 273664 | COMP | 900 | 75 | 8,66 | 7.794,00 | - |
| 134 | Mercaptopurina 50mg, cp | 270423 | COMP | 1000 | 83 | 3,18 | 3.180,00 | - |
| 135 | Melfalana, 2mg, cp | 150969 | COMP | 1000 | 83 | 1,92 | 1.920,00 | - |
| 136 | Metotrexato 100mg/ml c/10ml, injetável | 322081 | FRASCO 10,00 ML | 50 | 4 | 120,00 | 6.000,00 | - |
| 137 | Metotrexato 2,5mg, cp | 270436 | COMP | 700 | 58 | 0,71 | 497,00 | - |
| 138 | Metotrexato 25mg/ml c/ 2ml, injetável | 292249 | FRASCO 2,00 ML | 100 | 8 | 8,55 | 855,00 | - |
| 139 | Metotrexato 500mg, injetável | 322080 | FR/AMP | 100 | 8 | 36,15 | 3.615,00 | - |
| 140 | Mitoxantrona (Cloridrato de) 2mg/ml c/10ml, injetável | 305293 | FRASCO 10,00 ML | 50 | 4 | 109,52 | 5.476,00 | 8% |
| 141 | Nilotinibe, 200mg, cp | 374967 | CÁPSULA | 600 | 50 | 99,50 | 59.700,00 | - |
| 142 | Octreotida 10mg, pó líofilo, c/sistema de aplicação | 342979 | FR/AMP | 20 | 2 | 3.162,40 | 63.248,00 | 20% |
| 143 | Octreotida 20mg, pó líofilo, c/sistema de aplicação | 342980 | FR/AMP | 18 | 2 | 4.050,17 | 72.903,06 | 20% |
| 144 | Octreotida 20mg, pó líofilo, c/sistema de aplicação. * COTA DE 25% RESERVADA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ART. 8º DO DECRETO Nº 8.538/2015). | 342980 | FR/AMP | 06 | 1 | 4.050,17 | 24.301,02 | 20% |
| 145 | Octreotida 30mg, pó líofilo, c/sistema de aplicação | 342981 | FR/AMP | 15 | 1 | 5.422,14 | 81.332,10 | 20% |

| ITEM | DESCRIÇÃO/ ESPECIF. | CÓDIGO CATMAT | UNID MED | QTD TOTAL | Cotação Mínima Estimada | VALOR UNIT | VALOR MÁXIMO ACEIT | MRG PREF 7713/12 |
|------|---|---------------|-----------------|-----------|-------------------------|------------|--------------------|------------------|
| 146 | Octreotida 30mg, pó liófilo, c/sistema de aplicação. * COTA DE 25% RESERVADA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ART. 8º DO DECRETO Nº 8.538/2015). | 342981 | FR/AMP | 05 | 0 | 5.422,14 | 27.110,70 | 20% |
| 147 | Oxaliplatina 50mg, injetável | 270415 | FR/AMP | 100 | 8 | 73,10 | 7.310,00 | - |
| 148 | Oxaliplatina 100mg, injetável | 270416 | FR/AMP | 200 | 17 | 96,29 | 19.258,00 | - |
| 149 | Paclitaxel 6mg/ml c/ 5ml, injetável | 394804 | FRASCO 5,00 ML | 750 | 63 | 23,41 | 17.557,50 | - |
| 150 | Paclitaxel 6mg/ml c/16,7ml, injetável | 394804 | FRASCO 16,70 ML | 1000 | 83 | 59,40 | 59.400,00 | - |
| 151 | Palonosetrona (Cloridrato de) 0,05mg/ml c/5ml, injetável | 315610 | FRASCO 5,00 ML | 750 | 63 | 295,92 | 221.940,00 | - |
| 152 | Palonosetrona (Cloridrato de) 0,05mg/ml c/5ml, injetável * COTA DE 25% RESERVADA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ART. 8º DO DECRETO Nº 8.538/2015). | 315610 | FRASCO 5,00 ML | 250 | 21 | 295,92 | 73.980,00 | - |
| 153 | Pamidronato de sódio 60mg, injetável | 15059 | FR/AMP | 50 | 4 | 75,21 | 3.760,50 | - |
| 154 | Pamidronato de sódio 90mg, injetável | 433287 | FRASCO 10,00 ML | 60 | 5 | 51,72 | 3.103,20 | - |
| 155 | Panitumumabe, 20mg/ml, solução injetável, ampola de 5mL | 403033 | FRASCO 5,00 ML | 199 | 17 | 1.552,04 | 308.855,96 | - |
| 156 | Panitumumabe, 20mg/ml, solução injetável, ampola de 5mL * COTA DE 20,4% RESERVADA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ART. 8º DO DECRETO Nº 8.538/2015). | 403033 | FRASCO 5,00 ML | 51 | 4 | 1.552,04 | 79.154,04 | - |
| 157 | Pazopanibe, 200mg, cp | 399997 | COMP | 800 | 67 | 69,86 | 55.888,00 | - |
| 158 | Pazopanibe, 400mg, cp | 399996 | COMP | 600 | 50 | 121,85 | 73.110,00 | - |
| 159 | Pazopanibe, 400mg, cp * COTA DE 25% RESERVADA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ART. 8º DO DECRETO Nº 8.538/2015). | 399996 | COMP | 200 | 17 | 121,85 | 24.370,00 | - |
| 160 | Pemetrexede, 500mg, pó liofilizado, injetável | 331938 | FR/AMP | 135 | 11 | 682,50 | 92.137,50 | - |
| 161 | Pemetrexede, 500mg, pó liofilizado, injetável * COTA DE 25% RESERVADA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ART. 8º DO DECRETO Nº 8.538/2015). | 331938 | FR/AMP | 45 | 4 | 682,50 | 30.712,50 | - |
| 162 | Pertuzumabe 30mg frasco c/14ml, solução injetável | 427532 | FRASCO 14,00 ML | 192 | 16 | 9.562,35 | 1.835.971,20 | - |
| 163 | Pertuzumabe 30mg frasco c/14ml, solução injetável * COTA DE 4% RESERVADA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ART. 8º DO DECRETO Nº 8.538/2015). | 427532 | FRASCO 14,00 ML | 8 | 1 | 9.562,35 | 76.498,80 | - |
| 164 | Raloxifeno, 60mg, cp | 272834 | COMP | 1000 | 83 | 4,24 | 4.240,00 | - |

| ITEM | DESCRIÇÃO/ ESPECIF. | CÓDIGO CATMAT | UNID MED | QTD TOTAL | Cotação Mínima Estimada | VALOR UNIT | VALOR MÁXIMO ACEIT | MRG PREF 7713/12 |
|------|--|---------------|-----------------|-----------|-------------------------|------------|--------------------|------------------|
| 165 | Rasburicase 1,5mg/ml pó liófilo p/ injetável | 380679 | FR/AMP | 50 | 4 | 421,58 | 21.079,00 | - |
| 166 | Rituximabe 10mg/ml c/10ml, injetável | 268520 | FRASCO 10,00 ML | 150 | 13 | 1.281,04 | 192.156,00 | 20%+5% |
| 167 | Rituximabe 10mg/ml c/10ml, injetável * COTA DE 25% RESERVADA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ART. 8º DO DECRETO Nº 8.538/2015). | 268520 | FRASCO 10,00 ML | 50 | 4 | 1.281,04 | 64.052,00 | 20%+5% |
| 168 | Rituximabe 10mg/ml c/50ml, injetável | 15059 | FR/AMP | 186 | 16 | 5.494,22 | 1.021.924,92 | 20%+5% |
| 169 | Rituximabe 10mg/ml c/50ml, injetável * COTA DE 7% RESERVADA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ART. 8º DO DECRETO Nº 8.538/2015). | 15059 | FR/AMP | 14 | 1 | 5.494,22 | 76.919,08 | 20%+5% |
| 170 | Romiplostin 250 mcg | 15059 | FR/AMP | 75 | 6 | 2.100,02 | 157.501,50 | - |
| 171 | Romiplostin 250 mcg * COTA DE 25% RESERVADA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ART. 8º DO DECRETO Nº 8.538/2015). | 15059 | FR/AMP | 25 | 2 | 2.100,02 | 52.500,50 | - |
| 172 | Ruxolitnibe 5MG/CP | 150969 | FR/AMP | 750 | 63 | 258,13 | 193.597,50 | - |
| 173 | Ruxolitnibe 5MG/CP * COTA DE 25% RESERVADA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ART. 8º DO DECRETO Nº 8.538/2015). | 150969 | FR/AMP | 250 | 21 | 258,13 | 64.532,50 | - |
| 174 | Sorafenibe 200mg, cp | 330335 | COMP | 300 | 25 | 88,26 | 26.478,00 | - |
| 175 | Sunitinibe 12,5mg, cp | 344563 | CÁPSULA | 200 | 17 | 167,66 | 33.532,00 | - |
| 176 | Sunitinibe 25mg, cp | 344562 | CÁPSULA | 200 | 17 | 310,41 | 62.082,00 | - |
| 177 | Sunitinibe 50mg, cp | 344564 | CÁPSULA | 150 | 13 | 669,71 | 100.456,50 | - |
| 178 | Sunitinibe 50mg, cp * COTA DE 25% RESERVADA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ART. 8º DO DECRETO Nº 8.538/2015). | 344564 | CÁPSULA | 50 | 4 | 669,71 | 33.485,50 | - |
| 179 | Tamoxifeno (Citrato de) 20mg, cp | 272023 | COMP | 15000 | 1250 | 1,32 | 19.800,00 | - |
| 180 | Temozolomida 5mg, cap | 273193 | FR/AMP | 75 | 6 | 9,64 | 723,00 | - |
| 181 | Temozolomida 20mg, cap | 273194 | CÁPSULA | 100 | 8 | 15,00 | 1.500,00 | - |
| 182 | Temozolomida 100mg, cap | 273195 | CÁPSULA | 100 | 8 | 96,70 | 9.670,00 | - |
| 183 | Temozolomida 180mg, cap | 389803 | CÁPSULA | 40 | 3 | 1.056,92 | 42.276,80 | - |
| 184 | Temozolomida 250mg, cap | 273192 | CÁPSULA | 40 | 3 | 190,00 | 7.600,00 | - |
| 185 | Tioguanina, 40mg, cp | 270424 | COMP | 70 | 6 | 7,62 | 533,40 | - |
| 186 | Topotecana 4mg, pó liófilo, injetável | 321804 | FR/AMP | 70 | 6 | 209,83 | 14.668,10 | - |
| 187 | Trastuzumabe, 440mg, pó liofilizado, injetável | 295302 | FR/AMP | 393 | 33 | 10.873,37 | 4.273.234,41 | - |

| ITEM | DESCRIÇÃO/ ESPECIF. | CÓDIGO CATMAT | UNID MED | QTD TOTAL | Cotação Mínima Estimada | VALOR UNIT | VALOR MÁXIMO ACEIT | MRG PREF 7713/12 |
|-----------------------------|--|---------------|-----------------|-----------|-------------------------|------------|--------------------------|------------------|
| 188 | Trastuzumabe, 440mg, pó liofilizado, injetável * COTA DE 1,75% RESERVADA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ART. 8º DO DECRETO Nº 8.538/2015). | 295302 | FR/AMP | 7 | 1 | 10.873,37 | 76.113,59 | - |
| 189 | Trastuzumabe Entansina 100 mg | 15059 | FR/AMP | 47 | 4 | 6.118,76 | 287.581,72 | - |
| 190 | Trastuzumabe Entansina 100 mg * COTA DE 21,66% RESERVADA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ART. 8º DO DECRETO Nº 8.538/2015). | 15059 | FR/AMP | 13 | 1 | 6.118,76 | 79.543,88 | - |
| 191 | Trastuzumabe Entansina 160 mg | 15059 | FR/AMP | 53 | 4 | 10.141,08 | 537.477,24 | - |
| 192 | Trastuzumabe Entansina 160 mg * COTA DE 11,66% RESERVADA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ART. 8º DO DECRETO Nº 8.538/2015). | 15059 | FR/AMP | 7 | 1 | 10.141,08 | 70.987,56 | - |
| 193 | Tretinoína 10mg, cap | 278393 | CÁPSULA | 1000 | 83 | 10,36 | 10.360,00 | - |
| 194 | Trióxido de Arsênio 1mg/ml, solução para perfusão | 389398 | AMPOLA 10,00 ML | 100 | 8 | 713,41 | 71.341,00 | - |
| 195 | Triptorrelina (Embonato de), 11,25mg, pó liófilo, injetável | 400776 | FR/AMP | 50 | 4 | 1.297,22 | 64.861,00 | - |
| 196 | Triptorrelina (Embonato de), 3,75mg, pó liófilo, injetável | 400775 | FR/AMP | 50 | 4 | 402,72 | 20.136,00 | - |
| 197 | Vimblastina, 10mg, injetável | 268542 | FR/AMP | 70 | 6 | 44,60 | 3.122,00 | - |
| 198 | Vincristina 1mg, injetável | 270376 | FRASCO 1,00 ML | 100 | 8 | 18,24 | 1.824,00 | - |
| 199 | Vinorelbina 10mg/ml, frasco c/ 1ml, injetável | 383786 | FRASCO 1,00 ML | 100 | 8 | 42,23 | 4.223,00 | - |
| 200 | Vinorelbina 10mg/ml, frasco c/ 5ml, injetável | 383786 | FRASCO 5,00 ML | 100 | 8 | 129,08 | 12.908,00 | - |
| 201 | Vinorelbina, sal tartarato, 20mg | 383788 | FRASCO 5,00 ML | 100 | 8 | 109,36 | 10.936,00 | - |
| 202 | Vinorelbina, sal tartarato, 30mg | 383790 | FRASCO 5,00 ML | 100 | 8 | 160,79 | 16.079,00 | - |
| VALOR TOTAL ESTIMADO | | | | | | | R\$ 28.466.481,58 | |

1.2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

1.2.1. Deverá mencionar na proposta o nome do produto farmacêutico de acordo com a Denominação Comum Brasileiro (DCB) ou Denominação Comum Internacional (DCI), o nome do laboratório fabricante de cada medicamento;

1.2.2. Para os medicamentos classificados como biológicos de acordo com a RDC nº 55 de 16 de dezembro de 2010 – ANVISA, são obrigatório o envio, juntamente com a proposta, de cópia de estudos / ensaios clínicos realizados pelos fabricantes desenvolvidos com o uso do respectivo medicamento.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. OBJETIVO

2.1.1. Aquisição de insumos para manutenção dos atendimentos realizados no Setor de Quimioterapia do HFA.

2.2. MOTIVAÇÃO DA AQUISIÇÃO

2.2.1. A aquisição do material solicitado visa atender as necessidades do setor para o período de 01 (um) ano e são utilizados nos procedimentos realizados no(a) Clínica de Nefrologia HFA.

2.3. BENEFÍCIOS DESTES CONTRATOS

2.3.1. A aquisição dos materiais de consumo em pauta resultará na manutenção dos atendimentos e também irá diminuir o encaminhamento dos pacientes a hospitais conveniados, por serem tratamentos de auto custo.

2.4. CONEXÃO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO EXISTENTE

2.4.1. A aquisição dos materiais de consumo em pauta está alinhada aos objetivos da Administração e à missão do HFA, como hospital de referência e de ensino.

2.5. AGRUPAMENTO DE ITENS EM LOTES

2.5.1. Não se aplica.

2.6. CRITÉRIOS AMBIENTAIS ADOTADOS

2.6.1. Nos termos da Instrução Normativa nº 1 de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal Direta, as empresas serão responsáveis pela utilização de tecnologia e materiais que reduzam o impacto ambiental, bem como a utilização de materiais que possam ser submetidos à reciclagem.

2.7. TIPAGEM DO BEM E SUA NATUREZA

2.7.1. O objeto a ser contratado enquadra-se na categoria de bens comuns, de que trata a Lei nº. 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000 e do Decreto nº. 5.450, de 2005, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade Pregão.

2.7.2. Natureza do bem: material de consumo.

2.8. INEXIGIBILIDADE OU DISPENSA DE LICITAÇÃO

2.8.1. Não é o caso.

2.9. REFERÊNCIAS A ESTUDOS PRELIMINARES

2.9.1. Com a finalidade de se produzir o presente Termo de Referência foi realizado estudo de custos e dos atendimentos que são realizados na Clínica de Nefrologia que resultaram na produção do Plano de Trabalho e na Pesquisa de Preços.

2.9.2. Os materiais constantes do objeto em referência serão utilizados nos tratamentos quimioterápicos.

2.10. RELAÇÃO DEMANDA X QUANTIDADE DO MATERIAL A SER FORNECIDO

2.10.1. A Demanda foi realizada com base no consumo realizado no Ano de 2015, conforme consta do Plano de Trabalho.

2.11. MARGEM DE PREFERÊNCIA

2.11.1. Conforme previsto na tabela no subitem 1.1.

2.12. VALIDADE DO PRODUTO

2.12.1. Os produtos deverão na data da entrega, apresentar a seguinte validade:

2.12.1.1. Quando a validade for inferior a 12 (doze) meses, validade mínima de 70% (setenta por cento);

2.12.1.2. Quando a validade for superior a 12 (doze) meses validade mínima de 50% (cinquenta por cento).

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. O objeto a ser contratado enquadra-se na categoria de bens comuns, de que trata a Lei nº. 10.520, de 2002 e do Decreto nº. 5.450, de 2005, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade Pregão.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

4.1. O prazo de entrega dos bens é de até 07 (sete) dias, contados do(a) recebimento da Nota de Empenho, em remessa única, no seguinte endereço HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS, Estrada Parque Contorno do Bosque, S/N, Sudoeste – CEP 70.673-900, Brasília-DF, A/C Subseção de Almoxarifado, telefone: (61) 3966-2225/2265; no horário de expediente do Hospital.

4.1.1. O prazo estabelecido acima poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceito pela Autoridade Competente.

4.1.2. Se houver parcelamento da entrega o pagamento somente será efetuado após o recebimento total dos itens da Nota de Empenho (NE).

4.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5.3. A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

6.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

6.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

6.2. A contratada observará:

6.2.1. proteção à segurança e à saúde dos trabalhadores dos serviços de saúde e daqueles que exercem atividades de promoção e assistência à saúde em geral, consubstanciada na Norma Regulamentadora NR 32/ABNT;

- 6.2.2. boas práticas em processamento de produtos de saúde (Resolução da Diretoria Colegiada RDC 15/2012 – Anvisa)
- 6.2.3. destinação ambiental adequada dos resíduos de saúde (Resolução n. 258/2005 – CONAMA e Resolução da Diretoria Colegiada RDC 306/2004 – ANVISA).
- 6.2.4. Utilização de produtos de acordo com as diretrizes da Anvisa e Inmetro, se existentes.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. CONTROLE DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 10.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 10.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 10.1.3. fraudar na execução do contrato;
- 10.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 10.1.5. cometer fraude fiscal;

10.1.6. não manter a proposta.

10.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

10.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

10.2.2. multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

10.2.3. multa compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

10.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

10.2.5. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS - HFA, por até 2 (dois) anos;

10.2.6. impedimento de licitar e contratar com a União com o conseqüente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

10.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

10.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

10.3.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.3.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.3.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

10.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

11. GARANTIA DO OBJETO

11.1. O prazo de garantia contratual será de no mínimo 12 (doze) meses contados a partir do recebimento definitivo do objeto.

11.2. A Garantia legal de 90 dias, começará a correr após o término da garantia contratual (STJ - REsp: 967623 RJ 2007/0159609-6, Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Julgamento: 16/04/2009, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 29/06/2009).

11.3. Durante o período da garantia, os bens que apresentarem defeito devem ser reparados e/ou trocados em até 10 (dez) dias úteis, sem qualquer ônus para o HFA.

11.4. Após esse período, caso seja verificada a necessidade de um tempo maior para conserto do bem ou para sua substituição definitiva, o CONTRATADO deverá fornecer outro equipamento equivalente para operação em caráter provisório, arcando com a retirada, transporte e instalação em cada uma dessas substituições.

ANEXO II – MODELO ATA



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA DE PESSOAL, ENSINO, SAÚDE E DESPORTO
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS
Pregão Eletrônico SRP nº 07/2017

Processo Administrativo Nº 60.550.007.401/2016-61

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX

O Hospital das Forças Armadas (UASG 112408), com sede na Estrada do Contorno do Bosque S/Nº - Sudoeste, Brasília-DF – CEP 70.673-900, na cidade de Brasília-DF, neste ato representado(a) pelo Cel Eng **MARCELO JOSE VIDAL DOS SANTOS PINTO**, nomeado(a), publicado no Boletim Interno nº 50/HFA, de 15 de março de 2016, inscrito(a) no CPF sob o nº _____ portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ____/201 __, publicada no Diário Oficial nº ____ de ____/____/2016, processo administrativo n.º 60550.007401/2016-61, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013 e Decreto 8.250, de 23 de maio de 2014 e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de material de quimioterapia para a Clínica de Oncologia, a fim de atender a necessidade do Hospital das Forças Armadas, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas no Edital e anexo, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

| Item TR | Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante) | | | | | | |
|---------|---|------------------------------|-------------------------------|----|------|----------|--------------------------|
| X | Especificação | Marca (se exigida no edital) | Modelo (se exigido no edital) | Un | Qtd. | Valor Un | Prazo garantia/ validade |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |

3. DA VALIDADE DA ATA

3.1. A validade desta Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da data da homologação, ou seja, de/...../..... a/...../....., não podendo ser prorrogada.

4. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Municipal, Distrital ou Estadual que não tenha participado do certame licitatório, desde que devidamente justificada a vantagem mediante anuência do HFA.

5.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

5.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o HFA e órgãos participantes.

5.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o HFA e órgãos participantes.

5.5. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado nesta Ata de Registro de Preços, tanto para o HFA como para os órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem, conforme tabela abaixo:

Exemplo:

| ÓRGÃO | Item | UF | Especificação | Quant | QTD TOTAL QUE PODERÁ SER ADQUIRIDO DECORRENTE DE ADESÕES |
|-------|------|---------------------|---------------|-------|--|
| HFA | 1. | FRASCO 100,00 ML | | 300 | 1500 |
| | 2. | COMP | | 8000 | 40.000 |
| | 3 | FR/AMP | | 30 | 150 |
| | ... | .. | | ... | ... |

5.6. Após a autorização do HFA, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

5.7. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

5. DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO

5.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

5.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

5.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

5.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

5.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

- 5.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 5.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:
- 5.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;
 - 5.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
 - 5.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
 - 5.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).
- 5.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos subitens 5.7.1, 5.7.2 e 5.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 5.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
- 5.9.1. por razão de interesse público; ou
 - 5.9.2. a pedido do fornecedor.

6. DAS CONDIÇÕES GERAIS

- 6.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
- 6.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.
- 6.3. A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.
- 6.4. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Brasília-DF, ___de_____ de 20__.

Pelo HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS:

MARCELO JOSÉ VIDAL DOS SANTOS PINTO.– Cel Eng
Ordenador de Despesas do Hospital das Forças Armadas

Pela EMPRESA:

Representante Legal

Testemunhas:



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA DE PESSOAL, ENSINO, SAÚDE E DESPORTO
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

CONTINUAÇÃO DO VERSO DA NOTA DE EMPENHO (NE) nº xx, NOS TERMOS DO ART. 62 DA LEI Nº 8.666/1993

TERMO SUBSTITUTIVO DE CONTRATO, referente ao Processo Administrativo nº xxxxx.xxxxxx/201x-xx, que fazem entre si A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA DEFESA e a EMPRESA xxxxxxx, CNPJ nº xxx.xxx/0001-xx

CLÁUSULA PRIMEIRA: do objeto e da vinculação ao Instrumento Convocatório

Aquisição de material de quimioterapia para a Clínica de Oncologia, a fim de atender a necessidade do Hospital das Forças Armadas, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA: da entrega e dos critérios de aceitação do objeto

A entrega e dos critérios de aceitação do objeto são aqueles previstas no item 4 do Termo de Referência, Anexo I do edital.

CLÁUSULA TERCEIRA: do preço e das condições de pagamento

Do preço e as condições de pagamento são aqueles previstos no item 2 da Ata de Registro de Preços e no Edital (item 17).

CLÁUSULA QUARTA: das Sanções Administrativas e do controle de execução

Das sanções Administrativas e do controle de execução são aquelas previstas nos itens 09 e 10 do Termo de Referência, Anexo I do edital.

CLÁUSULA QUINTA: dos direitos e das responsabilidades das partes

Os direitos e as responsabilidades das partes são aquelas previstas nos itens 5 e 6 do Termo de Referência, Anexo I do Edital.

CLÁUSULA SEXTA: da rescisão e da obrigação do contratado de manter as condições de habilitação e qualificação exigida na licitação.

A rescisão contratual rege-se pelo disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Obriga-se o Adjudicatário a manter todas as condições demonstradas para habilitação na Licitação efetuada, de modo a garantir o cumprimento das obrigações assumidas.

E por assim acordarem, as partes declaram aceitar todas as disposições aqui estabelecidas que, lido e achado conforme, é parte integrante da NE nº _____, como seu apenso, na data do seu aceite.

O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo Substitutivo de Contrato será o da Seção Judiciária do Distrito Federal - Justiça Federal.

Aceite do Adjudicatário:

Concordo com as condições expressas nas cláusulas, as quais definem os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, indicadas nesta Nota de Empenho.

Assinatura e carimbo

Data ____/____/____

(Dentro do prazo de validade da Ata)

ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA DE ITENS ACEITOS



**MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE PESSOAL, ENSINO, SAÚDE E DESPORTO
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS
SEÇÃO DE LICITAÇÃO**

A

SEÇÃO DE LICITAÇÕES DO HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

Ref: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº XX/2016

Prezados Senhores

Estamos cotando os itens a seguir relacionados, com vista ao seu fornecimento ao Hospital das Forças Armadas, de acordo com o disposto No Decreto 7.893 de 23 de janeiro de 2013 e, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas no Edital.

Razão social: CNPJ:

Banco: Agência: Conta:

Praça de pagamento: Contato:

Fone: Fax: e-mail:

| ITEM | OBJETO | Nº REGIS- TRO ANVI- SA | UND | LOCAL ENTREGA | QTD POR OM | QTD TOTAL | PROPOSTA DE PREÇO (R\$) (DESONERA- DO ICMS) | PERC ICMS (%) | VALOR TOTAL DO ITEM (R\$) |
|--|--|------------------------------|-----|--------------------------|------------------|--------------|--|---------------------|---------------------------------|
| | (DESCRIÇÃO COMPLETA DO ITEM CONTENDO FA- BRICANTE, MARCA E MO- DELO). | | | HFA (Brasília- DF) | | | | | |
| VALOR TOTAL DA PROPOSTA DE PREÇOS DO SRP Nº XX/2016 (R\$) | | | | | | | | | |

DETALHES DA PROPOSTA

Validade da proposta: _____ dias.

Prazo de entrega do objeto: Até _____ Dias

Declaração: Os preços mantidos na proposta escrita e naqueles que porventura vierem a ser ofertados através de lances verbais, estão incluídos todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, de transporte, entrega (frete) e outros de qualquer natureza que se fizerem indispensáveis à perfeita contratação do objeto da licitação.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

CIDADE/ESTADO, _____ de _____ de 2016.

(representante legal do licitante/ consórcio, no âmbito da licitação, com identificação completa)